

ACTA
DA
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DA
CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Local: Sala das Sessões dos Paços do Município

Data: 11/06/2007

Iniciada às 15H00 e encerrada às 18H30

Aprovada em 02/07/2007 e publicitada através do Edital n.º 196/2007

A reunião iniciou-se com a presença de:

Presidente: Carlos Manuel de Sousa Encarnação
Vice-Presidente: João José Nogueira Gomes Rebelo
Vereadores: Luís Nuno Ranito da Costa Providência
Horácio Augusto Pina Prata
Vítor Manuel Bento Baptista
Álvaro Santos Carvalho Seco
Jorge Filipe de Gouveia Monteiro



A reunião foi presidida pelo Dr. Carlos Manuel de Sousa Encarnação, Presidente da Câmara Municipal e Secretariada por Arménio Bernardes, Director Municipal de Administração e Finanças.

Registaram-se as ausências dos Srs. Vereadores Marcelo Nuno Gonçalves Pereira, Mário Mendes Nunes, Maria Fernanda Santos Maçãs e Luís Malheiro Vilar, tendo o Executivo deliberado por unanimidade justificar as respectivas faltas.

ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente** deu início à reunião, colocando à discussão o seguinte ponto constante da Ordem de Trabalhos:

1. PLANO ESTRATÉGICO DE COIMBRA

O Sr. **Presidente** disse que era objectivo daquela reunião extraordinária apreciar o relatório ora apresentado pela DELOITTE, dando de seguida a palavra ao Sr. Vice – Presidente.

O Sr. **Vice – Presidente** começou por agradecer a presença dos técnicos da DELOITTE – Dr. António Miguel Marçal Antunes e Dr. Joaquim José Fernandes Paulo – iniciando assim a exposição do trabalho feito. Aproveitou para lembrar que o Plano Estratégico foi adjudicado e foi feito concurso com base num conjunto de princípios e objectivos, aprovados por unanimidade. Os referidos princípios e objectivos estão de acordo com o que está em desenvolvimento no âmbito do Plano Director Municipal, tendo sido feita articulação entre ambos os planos. Recordou também que o que estava definido e aceite no plano de trabalhos previa uma fase de participação pública alargada, no meio da segunda etapa de elaboração do documento estratégico. No entanto, e conforme esclarecido na reunião de Câmara anterior, optou-se por avançar antes desse momento, com uma participação aberta em particular a quem tenha visão externa, para que as propostas trazidas dêem novas visões externas, quer à Câmara quer à Cidade, sendo estes os

modelos adoptados para os Fóruns que vão decorrer até final do mês de Junho. O primordial objectivo é que o Município tenha uma linha estratégica no desenvolvimento do País, defendeu, acrescentando que Coimbra quer assumir as suas responsabilidades no modelo de desenvolvimento que Portugal deve ter.

Aproveitou para lembrar que este trabalho conta com uma participação alargada dos serviços da Câmara, nomeadamente do sector do Planeamento, que está mais envolvido, mas também de outros Departamentos internos e dos vários parceiros para o desenvolvimento da cidade.

Seguiu-se a apresentação do documento diagnóstico final, de 80 páginas, feito pela Empresa DELOITTE e que consubstancia a 1.ª fase de elaboração do Plano Estratégico de Coimbra. Este documento pode ser consultado em www.cm-coimbra.pt

Após a exposição feita pelos dois Técnicos da Deloitte presentes, passou-se à fase de esclarecimentos.

Intervenção do Sr. Vereador Gouveia Monteiro

O Sr. Vereador **Gouveia Monteiro** disse estar de acordo com o essencial da análise em termos da proposta apresentada, mas julga que esta consubstancia um consenso muito alargado em termos do que é a cidade que temos e as suas oportunidades. Tem algumas divergências da maneira como as matérias são abordadas e uma divergência de fundo em relação a uma lacuna que considera ainda ser suprável, pois já trabalhou também essa área e lançou desafios a outras unidades orgânicas da Câmara a fazerem o mesmo.

Começou por questionar se: 1- a Marca Coimbra é uma alavanca estratégica ou é um produto pois, no seu entender, a Marca Coimbra é um produto do desenvolvimento das outras alavancas/linhas de desenvolvimento estratégico da cidade; 2- a Cultura tem uma abordagem excessivamente turística no documento. Na sua opinião, a cultura não tem de ter importância estratégica para o desenvolvimento da cidade para atrair pessoas de fora, assim como a instrução tem importância, em si mesma, porque uma cidade de gente muito instruída, muito capaz, muito culta, permite desenvolver um conjunto de potencialidades enormes na cidade, defendeu, entendendo assim a abordagem da Cultura como alavanca de progresso e não como apresentada no documento: excessivamente ligada à componente turística. A aposta na Cultura e desenvolvimento cultural em Coimbra e Municípios circundantes é muito importante; 3 – Na análise do sector imobiliário, é feita a comparação com outras cidades de referência mas a conclusão, em sua opinião, é precipitada, isto é, o nº de fogos licenciados ou construídos está abaixo se comparado com a dinâmica demográfica e isto verifica-se em relação a cidades com urbanização mais recente como Aveiro, Viseu ou Leiria (em que a migração interna das aldeias para a cidade é mais recente do que em Coimbra). Entende por isso que é necessário relativizar os dados, porque senão parece que estamos a licenciar pouco ou a autorizar pouca construção quando o desfaseamento entre a construção em Coimbra e o crescimento demográfico é muitíssimo maior do que nas cidades referidas, afirmou, e, por tal razão, entende que esta questão deve ser discutida; 4 – No que se refere às unidades de investigação, entende que se trata mais de falta de dinâmica dos centros de investigação privados; 5 – A lacuna mais grave crê ser um elemento estratégico fundamental para o futuro das cidades: a qualidade das políticas de inclusão e resolução dos problemas sociais. Entende que a segurança e atracção dos cidadãos à cidade são muito importantes. Falta, no entanto, e mesmo na própria Câmara, uma política de inclusão de todos os desfavorecidos (crianças, idosos), oferta de habitação com qualidade, à medida da procura e o mais possível disseminada pelo território da cidade; capacidade de acolhimento temporário para famílias que estão de passagem pela cidade. E Coimbra pode dar cartas nesta matéria, defendeu. Apesar de o nº de fogos de habitação social ser baixo em relação a outras cidades da mesma dimensão, se as políticas de realojamento e apoio habitacional (sem criar bairros problemáticos com situações que afugentam) forem boas, isso trará actividades económicas e pessoas à cidade. Na área da protecção de crianças e jovens em risco, nomeadamente quanto à rede de residência assistida, pensa que Coimbra é deficiente. O número de camas disponível para idosos acamados, recém – operados, etc., é muito baixo, embora comece a haver iniciativas neste sentido. Seria um elemento bom de comparação com outras cidades, ver como é que estamos por milhar de habitante, sugeriu; o défice no apoio aos sem abrigo foi outro factor mencionado, para referir que há muito poucas camas para apoiar pessoas com problemas psiquiátricos. Também a rede escolar de qualidade, com segurança nos trajectos casa/escola, deve ser discutida. Pode haver até mais matérias nesta alavanca que propõe em substituição da marca, teria de haver um sub capítulo em que fosse analisado o ponto em que se está nesta matéria, quais as deficiências que Coimbra ainda tem, quais os pontos fortes, em comparação com as outras cidades do grupo de referência, pois se, conforme é dito, a imigração é um fenómeno importante, o Sr. Vereador entende que as cidades que resolverem bem estas questões vão ter maior atractividade no futuro.

Intervenção do Sr. Vereador Álvaro Seco

O Sr. Vereador **Álvaro Seco** disse que esta era a sua primeira intervenção no que respeita ao Plano Estratégico e que pensa que anteriormente deveria ter havido algumas conversas com o Executivo. Entende também a urgência e necessidade deste documento, mas tem de haver intenção e determinação na sua execução, pois fazem-se estudos académicos sobre Planos Estratégicos, com os melhores e mais cotados especialistas do País, para depois ser uma mão

cheia de esperanças que se perdem. Parece-lhe, igualmente, que não há nenhum calendário temporal para a sua execução, o que leva a que a discussão deste Plano possa ser diferente conforme seja para implementá-lo daqui a alguns meses ou daqui a anos, isto porque se forem anos, este Executivo já nem está em funções, outro que venha terá forma de pensar e de agir diferente, o que pode levar tudo à estaca zero. Assim, e dado que a sua formação é Militar e não de Planeamento, esta poderá de alguma forma condicionar a sua apreciação. Como tal, pensa que há uma descrição da situação e um conjunto de informações. Este diagnóstico tem uma riqueza brutal de informação, não peca por defeito, eventualmente peca por excesso, o que leva a que nos percamos um pouco do que é essencial. Também entende que a visão da cidade e do diagnóstico andam sempre a par, não se deve desligar uma coisa da outra, pois o diagnóstico está condicionado à perspectiva que se tem de futuro da cidade, aos objectivos prosseguidos e às propostas que privilegia. Assim, ao percorrer o volume Diagnóstico Final, assinalou as páginas com os assuntos sobre os quais iria fazer comentários e dar a sua própria opinião:

- Concentração da população, Coimbra enquanto pólo de serviços – essa concentração mal planeada e o obstáculo natural, Rio Mondego, que foi sempre tratado como tal e nunca como benefício; o desordenamento nas zonas de interface (ex. Eiras e Pedrulha);

-População Estudantil – o passado de Coimbra esteve sempre ligado à Universidade. Na sua opinião nem faz sentido a expressão “Coimbra Cidade do Conhecimento”, deveria ser “Coimbra Cidade Universitária”, porque a marca de Coimbra é a sua Universidade e, portanto, no futuro deveremos continuar ligados a ela, ao ensino, quer seja público ou privado, com os respectivos reflexos na educação, cultura, desporto, sendo esta última área uma possibilidade ótima para se ter um Centro Desportivo de grande qualidade, associando o conjunto de instalações desportivas, Centro Cardiológico, Faculdade de Educação Física, Centro de Treino de Alto Rendimento, tudo isto com ligação à Universidade;

-Parcerias de Portugal com o M.I.T e outros – entende que esta vantagem não pode ser esquecida.

-A relevância estratégica das ligações – Coimbra tem de forçar a tónica das deficientes ligações e não pode ficar indiferente a esta reivindicação; Metro Mondego como projecto supra municipal mais estruturante e a articulação entre Metro/SMTUC/outros operadores – estes aspectos são muito importantes, mas pensa que não se devia estar à espera do Metro para implementar algumas medidas que considera urgentes. Também as políticas de estacionamento são fundamentais e deverão ser coordenadas com os transportes na cidade e com o futuro Metro, pois Coimbra tem de deixar bem definido se quer ter implementado o Metro.

-Aeroporto da OTA e a conexão com o TGV – neste caso continua a não perceber o silêncio da Câmara de Coimbra, em relação à localização do novo aeroporto, pois é um aeroporto nacional, (não é só para Lisboa). Nem a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, nem a Câmara de Coimbra defendem, na sua opinião, que a OTA é uma estrutura importante para Coimbra;

- Ambiente – (no diagnóstico dá-se como exemplo/modelo Segóvia): os espaços verdes das zonas de interface e das zonas rurais têm sido esquecidos, as actividades de lazer, de fim – de – semana, das vinhas, das florestas são muito importantes. O programa Polis deve continuar e deverá ir do Choupal até à Lapa, mas não pode ser esquecido o espaço rural. Parece ter sido esquecida a Protecção Civil, hoje já com dimensão considerável. Mesmo nos programas do CREN tem perspectivas de concursos de verbas. Em termos de ambiente, Souselas não pode ser a única preocupação, pois até nem é a mais poluída, o troço Casa do Sal /Portagem tem maior poluição, devido ao trânsito, e ali até há um parque infantil, frisou. Defendeu que optar pela co-incineração em Souselas é a melhor solução, pois passaria a haver controlo efectivo da poluição, acrescentando que a Cimpor é a pior fábrica da Europa e que, ou se fecha ou se adapta para a co – incineração que, em termos científicos, não afecta a qualidade de vida das populações e vai servir de apoio à Estação de Tratamento Mecânico-Biológico de Vil de Matos. Entende que esta fraqueza se poderá tornar em força e recordou a experiência de Poitiers, em que uma central incineradora de lixo banais veio a transformar a área circundante numa zona de excepção, com fornecimento de água quente aos moradores, jardinagem e outros meios. Isto leva a que o ónus psicológico que um equipamento deste tipo tem possa ser potenciado e dar a Souselas aquilo que ainda não tem (zonas verdes, passeios, centro de dia e outras infra-estruturas) nem há previsão de que venha a ter em breve.

-Património Histórico Edificado – salientou que, nesta área, Coimbra é o terceiro município, depois de Lisboa e Évora, e que os monumentos da margem esquerda são dos mais visitados, apesar de entender que aquela margem continua a ser um pouco esquecida pela Câmara, e lembrou a aplicação da bonificação do IMI à margem direita por ser centro histórico restrito. Também salientou os investimentos de apoio à cultura, com a reconversão e recuperação de alguns edifícios da margem esquerda. Como curiosidade, disse que os casos únicos que marcam a cultura/história de Coimbra são a Rainha Santa Isabel e a história de Inês de Castro.

- Defendeu que Coimbra tem de acentuar a importância da OTA e do TGV, acrescentando que o estudo dava como exemplo as cidades circundantes de Madrid, que beneficiaram imenso em termos de desenvolvimento com a paragem do metro, que passou a ser quase um transporte peri – urbano;

- Campo de Golfe: parece-lhe ser um projecto inter – Municipal, como por exemplo o eixo Coimbra/Figueira da Foz, e entende que na zona de Montemor-o-Velho há terrenos com boas condições para construí-lo, sendo para tal vantajoso o estabelecimento de parcerias.

- Questionou por que Coimbra tem ritmos inferiores às médias do grupo de referência, a falta de planos de pormenor e de estudos urbanísticos, que leva a que qualquer projecto de construção demore cerca de 7 anos. Há que agilizar estes procedimentos, o investimento de estudos urbanísticos nas zonas urbanas tem de se consolidar (nomeadamente zonas

de Eiras, Pedrulha e margem esquerda). No que se refere ao eixo Santana /Penitenciária, quis saber se se risca de Coimbra o último reduto da Instituição Militar e o que é que se pretende fazer ao quartel de Santana, pois o Comando de Brigada está associado ao Hospital Militar, e se a Câmara apresenta como prioridade a transformação do quartel de Santana num Centro de Artes, então o melhor será acabar com a defesa da Instituição Militar em Coimbra (Apesar do erro já feito, pois, em seu entender, a Região Militar que fazia sentido era em Coimbra, pois é o Centro do País, porque é a linha de penetração do nosso inimigo tradicional, porque é a zona que a norte do Tejo tem mais população para recrutamento). Por tudo isto, defendeu que não deve ser esquecida esta componente Militar, referindo como eixo prioritário de intervenção Santana, quando anteriormente no anel verde, não era Santana era Sereia/Penitenciária/Jardim dos Patos/Botânico / Parque da Cidade, não era referido explicitamente Santana. Também em seu entender o eixo Alta/Baixa merece uma reflexão mais aprofundada, pois entende que deve ser definido o que se pode esperar da Alta/Baixa e o que se pode esperar do Centro Histórico, no que concerne ao desenvolvimento e às novas realidades.

-Diagnóstico da Margem Esquerda: é pobre, pois apenas refere o atravessamento do IC2 e nem refere um aspecto que entende ser importante: saídas do IC2 no nó do Almegue e Estação Velha que possibilitem boas ligações à cidade, com a construção de uma nova ponte, pois só assim se retirará algum trânsito da Baixa. A não referência a todo a manancial de equipamento da margem esquerda como, por exemplo, a Quinta das Lágrimas, Portugal dos Pequenitos, Convento de S. Francisco; Hospital dos Covões; as Escolas o Fórum, este conjunto de equipamento deve ser considerado, para que não se fique apenas pelas infra-estruturas de um determinado nível e se esqueça o nível local, também estruturante da margem esquerda, e deu como exemplo as novas vias. Reconheceu que esta ainda não é a fase de propostas, mas teme não ter outra oportunidade para dar a conhecer as suas ideias, daí esta intervenção.

- Entende que se deve acentuar a importância da construção do IC2, com a ressalva já feita, a melhoria do IP3 com o actual traçado, não com a alternativa de passar por Anadia, (com portagem, para depois apanhar outra estrada com portagem até Viseu). Defende ser preferível uma requalificação do actual IP3. No que se refere à utilização do CREN, parece haver uma desadequação no âmbito da Protecção Civil. Entende que Coimbra pode ser um Centro Excepcional de Protecção Civil, tem tudo aquilo que é importante: tem riscos de toda a espécie, tem floresta, tem meios humanos, um aeródromo, tem Comando Distrital de Protecção Civil e tem agora a capacidade de, através do CREN, ir buscar financiamentos.

Afirmou que a ameaça dos Municípios que competem com Coimbra deve ser transformada em desafio: fazer cada vez mais e melhor do que os outros.

Nesta altura, e porque o Sr. Vereador Gouveia Monteiro tinha de se ausentar, foi interrompida a intervenção do Sr. Vereador Álvaro Seco, que retomaria a palavra após a resposta dos Técnicos da DELOITTE ao Sr. Vereador Gouveia Monteiro.

O Técnico da DELOITTE começou por esclarecer que, no que se refere à Marca, está de acordo com Sr. Vereador Gouveia Monteiro, pois o que se passa actualmente é que a marca Coimbra é usada por forças diversas como a Câmara e a Universidade mas, na realidade, não há uma organização a promover a Marca Coimbra. Actualmente a Marca é uma forma essencial de comunicação e, nesse sentido, criticou a falta de organização em torno desta, acrescentando que, se for uma Marca forte, há potencial de desenvolvimento e projecção da cidade. Assim, a Marca é o produto de tudo o resto e, entendida como a imagem e notoriedade da cidade, quer interna quer externamente, também é trabalhável. Relativamente aos outros temas, como política social e inclusão, disse que, na prática, está a ser considerado como Rendimento e Qualidade de Vida, um objectivo estratégico fundamental para retenção e atracção de pessoas e de investimentos e actividade económica. Quanto à Habitação Social, é um assunto a ser tratado mais na lógica do Urbanismo do que do Plano Estratégico, não está expresso mas é uma preocupação. As políticas de inclusão são uma necessidade premente e permanente na gestão do dia a dia das Cidades, Municípios e Regiões, têm de estar presentes no pensamento estratégico mas, em si mesmas, não foram vistas como uma questão estratégica podendo, na componente de Rendimento e Qualidade de Vida, ser criado um capítulo específico, por ser importante, e inclusão social, vista também como forma de melhorar a cidade e a retenção de pessoas. Os saldos migratórios são reflectidos no Relatório, verificando que a capacidade de incluir também é capacidade de absorver. Em termos de camas de retaguarda, Coimbra não está no pior, comparativamente com a realidade nacional.

O Sr. Vereador **Gouveia Monteiro** disse nada ter contra o facto de ficar integrado no capítulo Rendimento e Qualidade de Vida, mas considera que a qualidade das políticas de cidade viradas para este sector, o das pessoas em situação mais frágil, deve ser enfatizada.

O Sr. Vereador **Álvaro Seco** retomou a sua análise dizendo que esta seria a oportunidade de falar sobre, especificamente, Princípios Básicos de Referência para o Plano Estratégico. Aproveitando o que foi apresentado, deve ser feita uma reflexão sobre a afirmação de Coimbra no Contexto Nacional. Em seu entender, o afastamento de Coimbra face ao distanciamento de Lisboa e Porto é um ganho que permite alguma independência.

Desafios como a criação de uma marca reconhecível, conforme é demonstrado no trabalho com a pesquisa do Google; as boas condições de acessibilidades Nacionais e Internacionais (aspecto em que há que reflectir ganhos de escala e demográficos e económicos) – há que crescer nos dois aspectos: criação de área metropolitana, com a criação de uma

autoridade intermunicipal de transportes e criação de sistema de mobilidade do Mondego, podendo ainda haver outras acções.

O desenvolvimento partilhado com as cidades médias da Região, a colaboração entre elas é uma ideia quase inexistente. As cidades de Aveiro, Viseu e Guarda estão quase de costas voltadas, mesmo até a Figueira da Foz, pois quase ignora Coimbra; Projecto Regional de Desenvolvimento Cultural – projectos culturais não devem estar limitados à área do concelho, mas sim serem projectos em colaboração com Câmaras da Região; Projecto de Protecção Civil, com componente de investigação e desenvolvimento, está a tomar algumas dimensões e Coimbra tem excepcionais condições; Aproveitamento dos grandes investimentos nacionais em transportes e rentabilização dos já existentes: TGV com passagem e paragem em Coimbra e com ligações Lisboa / Porto / Ota, também a construção do novo aeroporto, o interface multimodal na Estação Velha, concretização do IC6 (defendendo que deve ser o CREN nacional a participar na obra), requalificação do IP3 para o interior, aeródromo de Cernache que com mais 350m (permite utilização de aviões com 50 passageiros para, por exemplo, viagens de negócios ou lazer), entendendo também poder ser utilizado no âmbito da Protecção Civil; Promoção e desenvolvimento económico-social, sendo uma cidade de serviços de Educação e Saúde, maioritariamente públicos, com importância e relevância nacional, devendo ter atenção às ameaças que começam a surgir no todo nacional; Património Histórico Edificado e Museológico – o aspecto museológico tem de ser potenciado, parece haver por parte da Universidade um esforço para aumentar a capacidade museológica existente; Instituições Públicas de importância Regional, devido à reestruturação pública, poderão vir a perder-se; Desafios – criação de condições para a manutenção da importância de Coimbra enquanto centro de serviços na Saúde e Ensino, criação de condições para que seja interrompido o declínio de Coimbra enquanto Centro Administrativo, criação de condições de competitividade para a captação de empresas da nova economia para desenvolvimento económico da Cidade e Região, com a fixação de quadros altamente qualificados. Criação de uma cidade e Município onde a prosperidade e qualidade de vida seja para todos. As estratégias e medidas apresentadas devem incluir as áreas peri-urbanas e rurais, pois as medidas de ordenamento são mínimas, não dando de imediato qualidade de vida a essas zonas. Expansão da zona Polis à Baixa de Santa Clara, tentando harmonizar o Mondego com as duas margens, deixando assim de ser um obstáculo físico e psicológico; reformulação do sistema de transportes, rede de ciclo vias integradas e de lazer, reconversão ambiental da fábrica de Souselas e do nó Casa do Sal/Portagem e zonas envolventes, melhoria de acessibilidades aos concelhos limítrofes, requalificação urbana da Baixa de Santa Clara, aposta na Saúde e Educação com o aparecimento e desenvolvimento de empresas de base tecnológica e possibilidade de promoção das tecnologias de informação, criação do parque tecnológico de Antanhol (como ambição do Sr. Presidente), capacidades de realização de congressos e eventos de promoção comercial, criação de Faculdade de Artes, pois Coimbra, com a Universidade prestigiada que tem, não tem uma faculdade de Artes, podendo até ser associada à de Arquitectura; Turismo Cultural e Religioso, apoio à Candidatura Universitária a Património Mundial da Unesco, Património Museológico Universitário; Caminho de Fátima, que daria visibilidade nacional e internacional; fixação activa de novas instituições e manutenção das já existentes, sejam públicas ou privadas (C.C.D.R.C, Comando de Brigada da Região Centro, Instituto de Apoio Social às Forças Armadas, Hospital Militar); o Centro de Comando e Formação de Protecção Civil deve ter identificação de objectivos e linhas de intervenção permanentes, entende que não deve ser só objectivos tácticos/estratégicos e introduz objectivos permanentes; o apoio ao sistema escolar, desportivo e de lazer, cada vez com melhor qualidade e com incentivo ao associativismo; apoio social às populações menos favorecidas; oferta cultural para Coimbra e região envolvente, com participação da população estudantil e as populações do interface; eficiência administrativa e qualidade dos trabalhos e Serviços Camarários, minimização dos custos de contexto e abdução de referenciais de qualidade.

Intervenção do Sr. Vereador Vítor Batista

O Sr. Vereador **Vítor Batista** começou por dizer que este documento não é mais do que um diagnóstico definitivo, pois seis anos é tempo mais do que suficiente para incrementar e colocar no terreno soluções para o desenvolvimento de Coimbra. Assim, parece-lhe que se vai concluir o mandato sem concretizar esta solução. Leu o diagnóstico atentamente, considerando-o um desafio, e disse que o seu slogan de campanha tinha sido “ Uma nova estratégia para Coimbra”, isto é, o Plano Estratégico, e, nesse sentido, questionou se a sua análise seria muito diferente daquilo que esta equipa técnica e pluridisciplinar elaborou. Surpreendeu-se por verificar que subscreve na totalidade o documento, acrescentando que também subscreveu e apresentou propostas concretas para solucionar problemas como o do Centro de Congressos (defendeu um Palácio de Congressos), e questionou a Deloitte sobre onde se fundamentou para indicar o Convento de S. Francisco (capacidade 1.000 pessoas), pois considera que, em termos de futuro, este não resolve o problema de afirmação de Coimbra. A sua proposta era para cerca de 3.000 utilizadores com, no mínimo, 2 unidades hoteleiras de 5 estrelas, num espaço que não é analisado pelo Deloitte e que seria o espaço ocupado pelos SMTUC, dando resposta ao Turismo Científico e Religioso. Isto porque, se se pretende que Coimbra seja Capital da Saúde, não se deve ter receios e deve-se avançar, no que diz respeito às unidades hoteleiras, porque senão os visitantes de Coimbra irão deixar receitas noutra lado qualquer. Assim, entende que esta proposta fica aquém e gostaria de obter explicação sobre qual foi o estudo técnico em que se basearam; Também a determinada altura do relatório a Deloitte fala de alavancagem, ligando-a um pouco ao sector secundário e terciário, o que leva o Sr. Vereador a questionar se ao ser

reconhecida a necessidade de competitividade e haver nela elementos atractivos, não será isso o que o próprio defendia com “subvencionamento à criação de postos de trabalho de qualidade”, ideia pela qual disse ter sido muito criticado. Relativamente às Vias de Comunicação, nomeadamente à OTA, a Deloitte pelo menos referencia a OTA, e o Executivo, na sua opinião, tem de assumir sem reservas a defesa de Coimbra e da Região Centro. Sugeriu que na próxima reunião de Câmara (segunda-feira 18/06/07) se trouxesse uma proposta, que o PS apoiaria sem reservas, de defesa da construção do novo aeroporto da Ota, pela sua importância para a Região Centro. Disse que preferia que fosse mais a norte mas, não podendo ser, que seja na OTA.

Anunciou ter a garantia de que o TGV vai parar em Coimbra. Questionou também a Deloitte sobre a base de informação e suas fontes quanto ao reconhecimento da situação degradada de Souselas, do ponto de vista ambiental. A informação que tem é que foram construídos filtros, o que leva à melhoria das condições ambientais naquela localidade. Disse que aquela era uma crítica à Deloitte: os vereadores do PS não foram ouvidos nem consultados, não tendo havido nenhuma troca de opiniões sobre esta matéria, pelo que questiona se o diagnóstico foi feito com os vereadores da maioria, pois a câmara é composta por todos (maioria e oposição).

No que diz respeito ao IC6 /IP3 e para além do que está assumido politicamente, de certa forma por todos os partidos, a Regionalização é uma evidência na próxima legislatura, na base das regiões-plano. Como tal, entende que há uma lacuna neste diagnóstico, isto é, não foi abordada a capitalidade de Coimbra na Região Centro, enquanto que os vereadores do PS a assumem e defendem, pelo que pensa ser indispensável esta abordagem.

Relativamente à Metro Mondego, abordou duas visões: a da importância do Metro como meio de centralidade de Coimbra em relação aos Concelhos envolventes; outra visão é o Metro como mero sistema de transporte. Pensa que a visão desta Câmara foi sempre a do sistema urbano em Coimbra, quando a importância do Metro, em seu entender, deve ser a da centralidade de Coimbra e concelhos envolventes. Disse também que cada um (vereador) teve a liberdade de apresentar as propostas que quis, concorda com algumas, noutras tem dúvidas. No que se refere à habitação social, entende que deveriam ter sido feitas propostas concretas de construção. O diagnóstico não o surpreendeu pois o sector industrial é essencialmente construção civil. Em outros momentos Coimbra foi a terceira cidade, conjugando a Universidade com indústrias fortes. Hoje em dia a Indústria não existe, Universidades há em todo o País, torna-se assim urgente ter uma visão de futuro sobre Coimbra, afirmou. Considera este diagnóstico realista, apesar de ter ligeiras lacunas, mas é um bom documento de partida para um bom Plano Estratégico, estando a Deloitte de parabéns, mas também não poderia apresentar um diagnóstico muito diferente atendendo à realidade de Coimbra. Reconfirmado o diagnóstico, questionou o Sr. Presidente sobre para quando o Plano Estratégico e para quando a primeira obra emblemática do Plano, pois entende que o POLIS é uma obra do Governo, apesar da Câmara tentar não dar essa ideia. No que diz respeito à ausência da Comunicação Social, disse não entender o porquê de não estar presente pois o documento em discussão já está na Internet. Quanto à margem esquerda, este estudo só fala das acessibilidades, e parece haver muitos mais problemas, como o caos urbanísticos, em que entende haver responsabilidade partilhada nas gestões PS e PSD e que é chegada a altura de se fazer um plano concreto que não contemple apenas as acessibilidades. Terminou dizendo que este relatório “dá força à minha razão”, e informou que, a partir da próxima semana, seriam apresentadas nas reuniões do Executivo propostas do PS, de acordo com o Programa Eleitoral apresentado ao eleitorado e que agora são confirmadas e reafirmadas neste diagnóstico apresentado, para ver qual a resposta e solução dada pelo Sr. Presidente.

Entende que com esforços conjuntos se ajuda a desenvolver a Cidade, o Concelho, a Região Centro e a Região de Coimbra em particular, olhando sempre mais à frente, não esquecendo o facto concreto que é a Regionalização, concluiu.

Intervenção do Sr. Vereador Luís Providência

O Sr. Vereador **Luís Providência** começou por agradecer a presença dos Técnicos da Deloitte, reconhecendo que já muito tinha sido dito e também que este é um bom Diagnóstico mas, especificamente na sua área, detectou eventuais falhas, que se deve discutir se serão ou não de incluir no Plano Estratégico. No orçamento camarário o desporto foi uma área em que se reduziu muito mas o Sr. Vereador disse ter esperança que esta necessidade não dure *ad eternum* e, como tal, não devem ser condicionadas num Plano Estratégico opções nacionais importantes e que, com alguma facilidade, são incluídas nos quatro grandes grupos deste Trabalho.

Para terminar, disse que a Câmara pode e deve incluir uma série de outras iniciativas e projectos, nomeadamente o que já está a ser feito com vista à candidatura ao CREN, que não se fica só pelo Golfe. O Golfe, acrescentou, era considerado como opção não estruturante num estudo da empresa de turismo. E deu como exemplo a eco-pista que está a ser equacionada, um projecto inter-municipal que ligará Coimbra a Montemor-o-Velho e, depois, à Figueira da Foz, e que, provavelmente, tem um interesse maior no quadro de uma rede de ciclo-vias e eco-pistas que estão a ser preparadas na Região Centro. Frisou que, não se tratando de um investimento tão significativo como o de um campo de golfe, sempre são cerca de 2,5 milhões de euros.

O Sr. Vereador **Vítor Batista** disse que intervinha para colocar uma questão à qual não encontrava resposta no estudo: no âmbito da capitalidade de Coimbra no contexto da Regionalização, como se processa a ligação a Castelo Branco?

Disse que se fala muito no IC6 mas entende que esta via não é suficiente, pelo que gostaria de ver abordado este assunto.

O Sr. **Vice-presidente** respondeu que a Câmara aprovou e tomou conhecimento da sua posição nesta matéria, por escrito. E, nesse sentido, referiu igualmente o IC8 e o IC3.

Intervenção do Sr. Vereador Pina Prata

O Sr. Vereador **Pina Prata** disse que gostaria de relembrar os termos de referência do documento do Plano de Urbanização, que diz que as linhas de força e os pressupostos de caracterização são “(a) um centro urbano que transcende a condição da cidade média, posição central no eixo litoral entre as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e com capacidade estruturante na Região Centro”. Nesse sentido, questionou se, em termos das áreas de abrangência e dos locais analisados, se está a falar de Lisboa, Porto, Aveiro e Braga, ao que lhe foi acrescentado Leiria e Viseu. Reforçou a ideia já referida pelo Sr. Vereador Vítor Batista de Coimbra “Centro do Centro”, que, em termos de estruturação e de território tem de, para ganhar a dimensão de Centro de Portugal, primeiro ganhar a dimensão de Centro do Centro. A este respeito, entende que há alguns contornos no estudo que permitem identificar essa ideia mas, “quando se faz uma abordagem, em termos de casa, e se esquece quem está em casa, como é o caso dos distritos da Guarda e Castelo Branco, que são importantes para ganharmos a afirmação do centro do centro”, algo falha. Afirmou que este diagnóstico, globalmente, é satisfatório mas acrescentou que é importante catapultar, potenciar a afirmação, na Região Centro, de Coimbra como casa da Região, como alavanca estratégica do desenvolvimento. Outra situação que salientou do estudo foi a de “assegurar-se uma participação activa dos cidadãos e principais actores e agentes”. Nesse sentido, disse que teve ocasião de recolher as actas das reuniões de Câmara referentes a este assunto e salientou a de 14/03/05, em que se define a estratégia de elaboração do Plano Estratégico da Cidade de Coimbra, nomeadamente a criação de uma comissão de acompanhamento, em que deverá ser ouvido o Observatório Económico. Nesse sentido, questionou se o Observatório Económico foi, efectivamente, ouvido e em que termos. Citou uma vez mais o estudo, na parte em que este diz que “Mais do que projectar o que o futuro reserva a Coimbra dentro de Portugal e na Europa, a questão é saber como pensar e promover a Coimbra do futuro. Definir objectivos de forma clara, estabelecer as metas a alcançar, afinar a estratégia e passar à acção mobilizante todos os que lutam por um futuro melhor”. Frisou, em sequência, a articulação que deve haver entre o Plano Director Municipal, o Plano Estratégico e o Plano de Urbanização. Disse que, há cerca de um ano, entregou ao Sr. Presidente um conjunto de documentos: uns, baseados no programa “Ouvir para Intervir”, que solicitou que fosse transcrito para a acta; outro, um plano estratégico e económico de desenvolvimento sustentável, que tinha quatro grandes linhas de actuação e um conjunto de projectos. Explicou que estes documentos têm a ver com o tal conjunto de inter relações que é preciso que haja entre os três planos. É preciso que se “cozam” interesses, porque a Universidade não tem sido nem vai ser a “safa” de Coimbra, defendeu. O sector público também não é, em seu entender, a solução porque o que vai é trazer problemas no futuro, uma vez que a tendência é para sair de Coimbra. Nesse sentido, salientou a importância de estabelecer parcerias público-privadas, sob pena de voltarmos à estaca zero do conhecimento, fazendo um chamado ciclo anti-estratégico.

Disse que queria deixar ainda dois pontos que considera fundamentais em termos de plano estratégico: um tem a ver com as acessibilidades, nomeadamente com o nó da auto-estrada, em Taveiro. Considera que as duas saídas para Coimbra ali existentes são “um perfeito desastre” e é preciso corrigi-las, até porque é preciso articular este nó com o Coimbra Inovação Parque, o que qualificará todas a margem esquerda. Por outro lado, congratulou-se pelo facto do documento dizer que é preciso um espaço coberto com dimensão para grandes eventos, abandonando-se a “pequenez” do espaço que se tem vindo a discutir desde há algumas reuniões a esta parte, aquilo a que chamou “Relvinha 2”.

A terceira e última questão colocada é a das acessibilidades versus metro / aeroporto da Ota: considera que a Câmara deve fazer uma defesa intransigente do aeroporto da Ota, sob pena de cair numa indefinição irremediável se o não fizer. É, na sua opinião, fundamental que Coimbra assuma essa centralidade, essa defesa de um espaço, de um *interland* que vai favorecer a Região e o Turismo.

Segue-se a transcrição da síntese do documento produzido no âmbito do programa “Ouvir Para Intervir”, solicitada pelo Sr. Vereador Pina Prata para que constasse, na íntegra, na presente acta:

“OUVIR PARA INTERVIR, A VOZ DAS FREGUESIAS SINTETIZADA POR TEMAS DE INTERVENÇÃO REFERENTES

Tema A – Coordenação e participação na gestão urbanística/ Regulamentações (edificado, consumos de energia, publicidade, estradas)

Desenvolver uma gestão urbanística conjunta (coordenada e participada) que atenda à dinâmica económica do Concelho, nomeadamente através de:

- integração de medidas de desburocratização do licenciamento no âmbito do exercício das actividades económicas;
- promoção de maior agilização, exigência e qualidade nos processos;

Regulamentar a formalização dos projectos a submeter à aprovação dos serviços municipais de urbanismo e organizar estes últimos de modo a que a avaliação dos projectos seja efectuada por uma estrutura em que estejam representados técnicos das áreas urbanística e económica, por forma a efectivar as medidas de desburocratização do licenciamento e a melhoria da qualidade no tratamento dos processos.

Regulamentar as exigências técnicas de construção, recuperação e adaptação do edificado;

Desenvolver programas de regeneração da edificação, bem como programas de fiscalização mais actantes e eficientes, congregando mais recursos e maior proximidade ao terreno e às populações;

Viabilizar o enquadramento de regulamentos municipais que completem, sempre que necessário, o PDM e actuem na zona de solo urbanizável para melhorar a qualidade da habitação;

Elaborar planeamento específico que promova a compreensão das realidades particulares para, assim, regulamentar de acordo com elas e fixar as populações jovens;

Perspectivar pequenos agrupamentos que deverão gerir o seu território de forma integrada, nomeadamente descentralizando equipamentos e serviços, ao invés de criar mini-estruturas em cada freguesia;

Aumentar a capacidade de intervenção na gestão urbanística através de mecanismos como:

- descentralização de funções;
- maior cooperação entre freguesias;
- participação de agentes exteriores à autarquia (com destaque para o movimento associativo);
- integração de interdisciplinariedade;
- articulação entre Planos e instrumentos vários, para aplicar a estratégia necessária ao desenvolvimento humano/social/cultural;

Aproveitar o contributo da «sociedade civil», nomeadamente facilitando a intervenção das Associações (reconhecimento do papel do associativismo) e outras entidades privadas, Juntas de Freguesia e também pessoas individuais;

Promover uma maior coordenação administrativa entre as JF e a CMC para que seja possível rentabilizar os investimentos (protocolos capazes de garantir a necessária coordenação entre as Juntas e a CMC e entre as próprias Juntas, enquanto grupo espacial de gestão integrada);

Criar um programa de atendimento e incentivo à renovação de edifícios de tipo colectivo, onde técnicos realizem acções de aconselhamento, projectos, regulamento dos materiais a utilizar, entre outros;

Conjugar a indústria/actividade empresarial com o uso residencial e a agricultura e floresta/silvicultura, sob a lógica de uma mistura de funções do espaço devidamente definida em regulamento;

Prevenir os efeitos nocivos da monofuncionalidade através de flexibilidade nas actividades (industriais, comerciais, de serviços e algum turismo);

Desenvolver medidas para problemas actuais:

- diminuição do consumo de energia;
- proporcionar acessos às pessoas portadoras de deficiência;
- disciplinar a publicidade no território do concelho;

Aproveitar a mobilização da população para resolver questões como, por exemplo:

- o parcelamento da estrutura fundiária da floresta e a associação de proprietários;
- soluções de infra-estruturas ou transportes;

- formação para melhorar a gestão autárquica, aproximando as pessoas da mesma;

Opções Estratégicas

Perspectivar legal e regulamentarmente o reparcelamento fundiário e as alterações à política de solos no Concelho.

Estabelecer parcerias público-privadas de valor estratégico para desenhar acções políticas a diversos níveis.

Plano de Execução da Política de Desenvolvimento:

- Incluir os programas na revisão do PDM
- Criar organismos que assumam os projectos
- Promover uma constante monitorização dos resultados.

Criar facilidades para as empresas e vantagens fiscais para sectores-chave da economia.

Revisão do PDM:

- A aplicação do PDM em Coimbra deverá ultrapassar as premissas minimalistas e promover projectos que privilegiem critérios mínimos de qualidade arquitectónica, ou seja, deverá não apenas disciplinar, mas verdadeiramente planear o território;
- O Plano deve ser encarado para o território como um todo, não privilegiando projectos unicamente com interesse isolado.

Tema B – Homogeneidade Urbanística (“Centro Histórico”, reordenar o trânsito, comércio por área, sinalética, estacionamento, edificado)

Promover a homogeneidade urbanística, nomeadamente através de acções de reordenamento do trânsito e de especialização das actividades comerciais por área ou arruamento;

Reordenar o trânsito (sentidos únicos, faixas/vias de exclusividade para transportes públicos) e melhorar o estacionamento;

Planear formas de mobilidade que discriminem positivamente o núcleo da cidade;

Corrigir e intensificar a sinalética (geográfica, económica, cultural) à entrada e no interior do concelho;

Consolidar a terciarização e desenvolvê-la com novas actividades que contribuam para a liderança e competição das cidades, tendo em atenção a vantagem que traz concentrar serviços nos pontos de maior acessibilidade;

Aproveitar a zona vocacionada para o sector terciário (pela visibilidade, acessibilidade e paisagem) e edificar parques de negócios, edifícios institucionais ligados à saúde e idosos ou ligados às universidades e politécnicos;

Aproveitar espaços com condições adequadas à criação de áreas empresariais para actividades tradicionais e mais ligeiras e proporcionar-lhes regulamentos próprios, assim como zonas de actividades económicas dedicadas à floresta/silvicultura para se constituírem como unidades de gestão;

Enquadrar progressivamente as pequenas zonas empresariais com funções de serviços, comerciais e de logística;

Reservar área para as actividades empresariais que venham a surgir (unidades produtivas, de serviços e de logística);

Modernizar as arquitecturas comerciais/ limitar a zona comercial;

Melhorar as condições para o comércio através de medidas que promovam:

- disponibilização de lugares de estacionamento;
- recolha de lixo apropriada e adaptada aos horários e necessidades da actividade comercial;
- beneficiação de arruamentos comerciais com mobiliário urbano adequado;
- beneficiação dos espaços públicos integrados nas zonas comerciais (jardins, praças, esplanadas e passeios);
- favorecer condições para que se juntem aos comerciantes locais farmácias, agências bancárias, etc., enquanto actividades complementares;

Promover a restauração como uma actividade de potencial empresarial;

Capitalizar o valor de «centro histórico», para o que poderão contribuir medidas como:

- organizar parques de estacionamento;
- transformar os arruamentos principais em vias pedonais e criar acessos alternativos;
- requalificar a edificação;

Alargar o “zonamento” de «centro histórico» às áreas periféricas e dedicar-lhe uma carta própria com maior especialização em relação ao PDM e uma gestão que abranja novos pontos de vista;

Promover a recuperação do «centro histórico» das várias zonas do concelho, já que as freguesias periféricas e rurais também têm uma “memória”; para isso, é necessário:

- beneficiar arruamentos circundantes para trânsito mais frequente;
- organizar parques de estacionamento para visitantes e garagens para moradores;
- promover o “centro” de acolhimento para visitantes e dinamizá-lo com esplanadas, restaurantes e comércio de rua;

Promover uma frente de Parque Metropolitano com edifícios de interesse relevante e pequenos parques com espaços desportivos;

Optar por uma baixa densidade de ocupação (evitar o *stress*, atingir o objectivo de oferecer qualidade de vida e, conseqüentemente, criar condições que permitam melhorar o desempenho produtivo)

Expressar na toponímia dos eixos e espaços mais significativos as raízes da cidade;

Tema C – Melhorar equipamentos sociais e urbanos/ Criar Centros Cívicos Locais incluindo vertente empresarial/ Reforço Comunitário

Adequar o equipamento urbano: mobiliário urbano, quiosques, iluminação, elevadores, pavimentação, sinalética, papeleiras, bancos, floreiras, relógios, entre outros

Marcar a porta de entrada da cidade com uma peça de arquitectura de qualidade significativa

Recuperar ou renovar edifícios-chave para a imagem da cidade (como o Mercado Municipal) / reutilizar os edifícios para atrair dinâmica urbana

Desenvolver equipamentos que projectem qualidade de vida para áreas em contacto com o Parque Metropolitano

Desafogar o leito de cheia e aproveitar essa área como parque de proximidade para as populações circundantes

Aproveitar as matas para equipamentos desportivos e de lazer

Colmatar a falta de equipamentos sociais públicos a nível de todo o Concelho e melhorar a qualidade das escolas

Aliar escolas e centros de apoio pedagógico (museu, biblioteca com acesso a meios informáticos, entre outros)

Criar espaços museológicos disseminados pelo Concelho que reflectam aspectos históricos e arqueológicos relevantes

Projectar as freguesias através de centros cívicos de pequena dimensão que incluam equipamentos e serviços que aumentem a qualidade de vida e a intensificação comunitária (por exemplo, uma escola com piscina, biblioteca e espaços de carácter cultural, parques ou jardins verdes e de recreio, pavilhão desportivo, jardim-de-infância, cuidados de saúde e sociais,

Requalificar os centros locais de serviços e comércio (inclusive mercados e feiras) com pequenos parques verdes, espaços para crianças, criação de esplanadas, passeios pedonais, beneficiando a vivência comunitária e em relação estreita com centros de comércio de rua com áreas reservadas a peões

Criar “núcleos” com uma vida comunitária própria e capazes de servir as periferias adjacentes

Intensificar relações entre freguesias com centros de serviços e equipamentos em zonas centrais, para minimizar problemas comuns como o consumo de droga e a delinquência, fomentar o espírito comunitário e diminuir a exclusão social

Reforçar o espírito comunitário com parques de merendas, romarias/ reaproximar as populações das margens do rio Mondego

Promover a ocupação comunitária em actividades gastronómicas e desportivas

Reforçar o apoio às associações com intervenção na acção social

Em algumas zonas concelhias, ampliar a área empresarial numa vertente mais comercial, de serviço às freguesias

Tema D – Policiamento/ Fiscalização

Aumentar a segurança de um modo genérico

Fiscalizar os espaços comerciais nocturnos e proporcionar policiamento contínuo junto dos mesmos

Área E – Turismo: artesanato, Mondego, museus, agricultura, desportos, cintura verde

Desenvolver actividades para potenciar o turismo e a sua envolvente: incentivar o artesanato/ trazer suportes à restauração e cafés tradicionais (inclusive com regras arquitectónicas de qualidade) / implementar um modelo de edifícios de comércio tradicional/ nivelar pisos ou vencer desníveis de forma discreta/ construir sanitários tendo em atenção também as crianças/ regulamentar a sinalética comercial/ renovar a iluminação/ criar quiosques de informação/ otimizar os acessos de emergência, cargas e descargas, recolha de lixo e ecopontos/ criar estacionamento público / realizar feiras temáticas, espectáculos e animação de rua/ alargar os horários do comércio/ regulamentar a tipologia de estabelecimentos comerciais a criar

Referenciar, divulgar e ligar os pontos de interesse patrimonial e turístico/ criar um eixo com funções de animação cultural

Classificar em todo o Concelho o edificado com interesse histórico

Rentabilizar dos recursos naturais das freguesias – potenciar o comércio tradicional aproveitando caminhos turísticos

Requalificar lugares e paisagem por meio de projectos turísticos

Criar uma imagem de marca (desenvolvimento endógeno) assente nas várias potencialidades do Concelho, explorando a cestaria, latoaria, tecelagem e moagem, demonstrando o funcionamento da cultura de viveiristas, exploração florestal ou da transformação de madeiras, promovendo desportos novos

Complementar os projectos para aproveitamento do Mondego: criar parques vocacionados para o Ambiente, Natureza, Ciência, Tecnologia e Lazer/ aproveitar a apetência do rio para a prática desportiva, designadamente de remo/ ligar unidades hoteleiras/ ligar aos corredores de património histórico e arquitectónico

Criar parques verdes e equipamentos em frente ao Mondego/ criar condições para o surgimento de um parque biológico do Mondego

Reaproveitar pontos-chave ao longo do rio para permitir navegação turística

Dinamizar o conceito de transporte fluvial para fins turísticos no Baixo Mondego

Agregar perspectivas para o que seria um parque-aventura na praia fluvial, numa lógica ecológica, social e desportiva: campos semi-cobertos; campo de jogos informais; mini golfe; *futsal*; canoagem no rio; parque radical, incluindo montanha de escalada; campos de areia; trampolins aquáticos no rio; área e percursos para BTT; zonas de lazer para adolescentes e adultos; áreas comerciais; estacionamento; passeio marginal; hotelaria e restauração; zonas de *pic-nic* e parque de merendas, “bungalows” e campos de jogos junto à praia fluvial

Articular o conceito do parque com outras áreas para: espectáculos ao ar livre e espectáculos aquáticos, passeios pedonais, esplanadas, actividades nocturnas como bares e discotecas; e promover a criação de uma ponte açude com valência pedonal ou para automóvel ligeiro

Perspectivar um conceito de campo de golfe com habitação de qualidade

Combinar um parque de lazer (turismo) com a agricultura, para o que bastará beneficiar caminhos, limpar terrenos, edificar equipamentos, equipar algumas áreas de repouso, plantar espécies que melhorem as condições do tipo de paisagem e formar barreiras visuais para as áreas urbanizadas, fornecer condições de segurança

Conceptualizar um equipamento *land-mark* para aproveitar a vista sobre vales

Promover uma cintura verde (com árvores de grande porte) por forma atenuar o impacto de pontos paisagísticos mais agressivos

Aproveitar elevação próxima a lugares urbanos para criar continuidade e aproveitar a vista sobre o vale, conjugando o turismo para visitantes (golfe) com a habitação individual para faixas acima dos 55 e proporcionando ocupação em actividades desportivas, artesanais, agrícolas, oficinais

Perspectivar um conceito de Parque temático aproveitando a herança histórica (vinhas, ervas aromáticas, fontes, tecelagem manual, festividades anuais, casotas de pedra,) e apostando no entretenimento que apela à memória colectiva (e que exige o surgimento de restauração e unidades *bed&breakfast*, assim como a reformulação florestal e da paisagem)

Tema F – Exclusão Social e Educação

Criar condições de habitação para idades mais avançadas e para acolher os sem-abrigo

Requalificar bairros sociais com equipamentos e jardins, parques infantis e áreas pedonais e ajudar individualmente cada morador a encontrar uma solução melhor para a sua habitação própria

Implementar iniciativas de emprego e formação para sectores populacionais mais desfavorecidos

Perspectivar a Educação como problema transversal, que deve apostar na universidade e aprendizagens com países de cultura semelhante à nossa, aprender na base o inglês por ser o patamar de entendimento comum, investir na tecnologia que estimula a competição entre nações, conhecer e divulgar a nossa história e geografia, criar condições à participação cívica.

Tema G – Transportes, estradas, circulação, pedonais

Desenvolver um Plano de Transportes que proporcione interacção territorial e que inclua medidas mesmo para a mais remota localidade do concelho

Melhorar as ligações por transporte público para mediar o centro com os locais mais periféricos

Requalificar as vias mais antigas: organizar o estacionamento, reduzir a velocidade, introduzir passadeiras, fazer passeios, criar zonas verdes, melhorar a iluminação e a sinalética, introduzir equipamento urbano/ resolver o atravessamento de localidades por trânsito alheio, a falta de acessibilidade, que também torna os terrenos dispendiosos

Equilibrar o acesso às várias entradas nas diferentes zonas, criando variantes ou vias estruturantes

Potencializar avenidas urbanas com passeios e pistas de bicicletas

Desafectar estradas que assim o justifiquem do sistema nacional para inserir no âmbito metropolitano (obstar velocidades superiores, implementar um corredor de transportes colectivos, rotundas, semáforos, passadeiras e passeios pedonais e restrição da largura das vias, para dispensar as passagens superiores)/ resolver cruzamento com estradas principais

Rentabilizar e completar a rede viária existente

Plano de Transportes e Área Metropolitana:

- A eficiência (segurança, conforto, frequência, etc.) e a viabilidade económica são os factores que permitem sustentar um elevado grau de mobilidade, logo, o Concelho poderia integrar todas as áreas num mesmo sistema, articulando vários tipos de transporte, com frequências combinadas, em vez de dissuadir a utilização do automóvel apenas *per si*
- Reservar espaço para, a longo prazo, articular os comboios suburbanos com o aeródromo, designadamente para acolher aviões de maior porte

- Criar condições para o surgimento de uma autoridade metropolitana de transportes

Tema H – Ambiente, paisagem, Floresta e Agricultura, Natureza

Promover uma renovação urbanística e paisagística, a par de modelos de expansão urbana harmoniosos, por forma a obter uma paisagem urbanística cuidada e disciplinada

Devolver à paisagem os seus traços originais, sem impedir a sua rentabilidade económica (viveiros, por exemplo)

Complementar o sistema de drenagem das águas pluviais (com canais, lagos, tanques)

Alargar os ribeiros com a requalificação de construções, arruamentos e muros de suporte que os constroem, para estabelecer um parque contínuo ao longo dos vales e servir a população com parques urbanos de proximidade

Nas diversas áreas (florestais ou urbanas), prever a possibilidade de ampliar as instalações empresariais já existentes e de criar condições para estabelecimentos leves e de pequena dimensão (por exemplo, uma serração, oficinas, etc.), que possam cuidadosamente inserir-se na paisagem e com um tolerável impacte ambiental

Implementar uma rede de eco-centros e separação de resíduos nas áreas florestais ou rurais

Rentabilizar recursos naturais a favor da utilização de energias alternativas: energia eólica e solar, caso se verifique exequível

Promover a protecção do património paisagístico, acompanhado de renovação da exploração da agricultura (ligar à jardinagem), silvicultura ou floresta

Desenvolver um Plano Florestal com o apoio de especialistas de várias áreas e enquanto estratégia comum das freguesias, que perspetive as vertentes de: profusão de outra árvore que não o eucalipto, reintrodução de espécies animais, acessos em caso de incêndio, postos de vigia, envolver o uso da floresta para a madeira ou castanha, actividades turísticas como a caça, a observação de aves, a marcha, o golfe de montanha, spa, desportos radicais

Elaborar um Plano Agrícola em conjugação com o Plano Florestal e que apresente alternativas como a fruticultura

Explorar novas vertentes de desenvolvimento económico ligadas ao ambiente e à floresta, não descurando a agrícola: a investigação, criando e sedeando instituições vocacionadas para o ambiente; investigação e observação da natureza, respeitando a escala rural; ligação à agricultura em moldes biológicos

Tema I – Projectos Pilares

Desenvolvimento e consolidação do projecto Coimbra Inovação Parque – Parque de Inovação em Ciência, Tecnologia, Saúde.

Desenvolvimento económico na vertente logística: implementação da “Plataforma Logística” – articulação com as principais infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias e outros pontos nevrálgicos de acessibilidade

Requalificação de Parques Industriais e localização de Novas Áreas Económicas como forma de apoio às empresas e manutenção das infra-estruturas existentes

Rentabilização de projectos de interesse estratégico como os Parques Tecnológicos e de Incubação, o Aeródromo Municipal Bissaya Barreto, a Empresa Municipal de Turismo

Aposta na sociedade digital e do saber/economia do conhecimento, aproveitando os recursos de excelência do Concelho

Aposta nos quadrantes da Inovação e do reforço do Empreendedorismo enquanto impulsionadores de projectos-chave para a competitividade do Concelho

Parque Metropolitano e Parque biológico inserido

Opções estratégicas

Recurso a financiamentos público-privados para impulsionar os projectos estruturantes para o Concelho, que terão depois uma dinâmica económica própria”.

Intervenção do Sr. Presidente

O Sr. **Presidente** teceu algumas considerações ao diagnóstico apresentado. Em primeiro lugar, disse não estar ali para discutir propostas eleitorais. E, em segundo, afirmou que o que mais desejava, quando chegou à Câmara Municipal de Coimbra, há 6 anos, era de ter encontrado um Plano Estratégico e um Plano de Urbanização aprovados. Não tendo tido essa sorte, afirmou que, ao longo dos anos, a Autarquia andou “a trabalhar sem rede, sem perceber o que era a cidade de Coimbra, sem perceber o que era o nosso futuro colectivo e sem perceber o que nos estava a acontecer, em termos de diagnóstico”. Nesse sentido, desde que assumiu o cargo que ocupa que entendeu que era muito importante para Coimbra ter estes dois planos. Confessou que, se estes já existissem, poderiam ter sido evitados muitos erros e evoluções negativas na administração da cidade, fruto do puro desconhecimento.

Em seu entender, há algumas questões que, neste diagnóstico, não foram totalmente analisadas e que vale a pena aprofundar. E deu como exemplo a questão das convenções, que é relativamente pacífica para todos. O estudo da Deloitte fala de Salamanca e de uma dimensão média na ordem dos 1200 participantes em congressos. Coimbra também quer apostar nessa vertente e ter um Centro de Convenções, afirmou, recuperando, a este respeito, a ideia de criação de uma arena junto ao complexo intermodal. Frisou que este documento não trata de propostas mas apenas de diagnóstico e um dos problemas de Coimbra é não ter um complexo intermodal, que está desenhado, protocolado e previsto, tal como toda a entrada norte de Coimbra, que altera completamente a fisionomia da cidade. A este respeito, reafirmou que era bom que este elemento de diagnóstico estivesse presente. Disse que Lundt, cidade que visitaria naquela semana, é das cidades médias europeias melhor colocadas nas cidades de congressos. É uma cidade com 150.000 habitantes, que dista 50 minutos de comboio do aeroporto mais próximo, o que significa que Lundt está praticamente à mesma distância de um aeroporto que não foi considerado neste estudo e que considera, do ponto de vista da economia regional, absolutamente essencial: o de Sá Carneiro. E concretizou esta ideia dizendo que Coimbra tem um aeroporto a cerca de 100Km e outro a cerca de 190km. O Aeroporto Sá Carneiro é o único aeroporto português com ligação por metropolitano ao centro da cidade e com ligação ferroviária a Coimbra.

Por outro lado, o relatório faz uma chamada de atenção, a seu ver, importante à ligação a Espanha, mas não salienta a deficiente ligação terrestre de Coimbra àquele país, com todas as implicações do ponto de vista do planeamento daí advenientes. A única ligação que existe para passagem de mercadorias para Espanha é feita por Coimbra, é a linha-férrea que há, enquanto não existe TGV e, ainda assim, o TGV é para passageiros e não para carga. Assim, a única ligação terrestre a Espanha e à Europa, com uma importância extrema em termos de plataformas logísticas (que é outro aspecto, a seu ver, insuficientemente analisado neste documento), é esta. A ligação ao porto da Figueira da Foz, por exemplo, é importantíssima para resolver o problema de ligação do litoral ao interior – a circulação de passageiros e de mercadorias é uma questão fulcral no desenvolvimento de qualquer país.

Referiu também a diminuta oferta hoteleira de Coimbra em relação à procura/taxa de ocupação, e considerou este outro elemento interessante de diagnóstico. As cidades espanholas comparáveis com Coimbra têm muito mais hotéis e menores taxas de ocupação. Na sua opinião, quanto mais redes internacionais estiverem instaladas, maior é a procura, não é possível ter apenas pequenos hotéis na cidade, é necessário ter cadeias internacionais que captem pessoas, que sejam instrumentos multiplicadores da procura. E acrescentou não existir golfe na zona, o que aumentaria o tempo de permanência. “Temos uma oferta puramente tradicional, muito contida, sem contactos internacionais suficientes, só dependente da promoção”, rematou, reafirmando que esta questão deve ser analisada no relatório, para se encontrar uma explicação para o que está a acontecer.

A Universidade de Coimbra foi, durante muitos anos, uma Universidade puramente clássica. Só nos anos 70, com as engenharias, passou a ter outro espectro de visão, o que é muito importante ter em conta no diagnóstico.

O Sr. Presidente considerou ainda muito importante o Aeródromo de Cernache porque, se se fizer um estudo dos segmentos de mercado turístico, concluir-se-á que existe espaço para o turismo de negócios mas também para o turismo dos pequenos grupos que se deslocam por via aérea, e o Aeródromo de Cernache tem capacidade para absorver este tipo de procura. Assim, entende que o diagnóstico devia incluir a necessidade deste ser transformado no sentido de responder a este novo desafio.

A Área Metropolitana de Coimbra comporta enormes dificuldades e esse aspecto, segundo o Sr. Presidente, também deveria ser espelhado no estudo: não é uma área metropolitana no sentido tradicional, em que há municípios de dimensão equivalente que estão interligados. Há um município com uma capacidade muito grande e municípios com capacidades muito pequenas, pelo que “é muito difícil esses municípios falarem a mesma linguagem”. E deu como exemplo a questão dos transportes. Quando é instalado um sistema de metropolitano, normalmente ele tem um dos seus pontos de maior resultado económico no transporte da periferia para o centro, porque é feito entre municípios de valor residencial igual ou aproximado (e exemplificou com o Porto versus Gondomar, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, etc., que muitas vezes até têm valor residencial superior ao Porto). No caso de Coimbra, falamos de um Município com 150.000 habitantes que liga a municípios de 30.000, 20.000, 15.000 e até 10.000 habitantes. A racionalidade desse meio de transporte tem de se basear na racionalidade económica do modelo em relação ao grande consumo, ou então não é viável, defendeu, acrescentando que, no fundo, aqui é ao contrário: tem de ser o centro (Coimbra) a economicamente pagar a ligação às periferias. E é por isso que este modelo tem de ser diferente e pensado economicamente, sob pena de nunca mais haver metropolitano por não ser viável. Nesse sentido, disse que é preciso

analisar, por exemplo, quantas crianças de fora andam em escolas de Coimbra, analisar a estrutura do emprego em Coimbra (que emprego existe e de onde vêm as pessoas aqui empregadas).

Recuperou uma ideia anteriormente defendida pelo Sr. Vereador Álvaro Seco: a de recentrar a cidade no Rio, com uma aproximação ao centro, numa tentativa de aí desenvolver as actividades de reabilitação urbana, área de especialidade da construção civil que constitui um mercado nascente. Vale a pena, em seu entender, fazer um estudo sobre o valor desse mercado em Coimbra: quanto é que vale hoje a reabilitação urbana em relação à recuperação do Centro Histórico da Cidade?, Que oportunidades isso traz em termos económicos?, questionou.

Deu razão ao Sr. Vereador Pina Prata quando este afirma que o modelo económico que Coimbra seguiu é fatalmente um modelo condenado ao desastre. E mencionou, a este respeito, os funcionários públicos que o Estado “tirou” e vai continuar a tirar de Coimbra, bem como o desinvestimento estatal (na ordem dos 50% de cortes, nos últimos anos). Nos próximos anos não haverá, em sua opinião, uma multiplicação do investimento público. Assim, este modelo assente em serviços e funcionários públicos acabou, rematou. O facto do desenvolvimento público ter de assentar em parcerias público-privadas vai ser uma constante em Coimbra, afirmou.

Outro aspecto que o estudo deveria enfatizar quando analisa indicadores de qualidade de vida é que Coimbra, até ao final deste mandato municipal, vai ter índices superiores às médias para os próximos 10 anos estabelecidas pelo Plano Estratégico de Abastecimento e Saneamento de Águas Residuais (PEASAR), Coimbra vai exceder a média do PEASAR em termos de cobertura de água (96%) e de saneamento básico (92%), o que, do ponto de vista da qualidade de vida, são dados absolutamente fundamentais.

A multiplicação de actividades de iniciativa privada ligadas à Saúde é outro dado importante. Se há uma coisa positiva a tirar do investimento público em Coimbra é que este criou condições para, em algumas áreas, multiplicar a possibilidade de investimento privado. E referiu-se à investigação e desenvolvimento, no sector público, de áreas como a Oftalmologia ou os Transplantes, cujo investimento permitiu avanços fantásticos mas que cujo modelo também se esgotou. Não será mais assim, a partir de agora teremos iniciativas privadas no domínio dos cuidados médicos em geral. E deu como exemplo as iniciativas (privadas) de saúde para a terceira idade, a habitação especializada (e privada) para a terceira idade, etc.

O Sr. Presidente sugeriu que a Deloitte pedisse auxílio à CP para fazer o estudo da cidade de Coimbra como origem e destino das ligações ferroviárias. Também considera importante obter elementos de empresas turísticas sobre a procura de viagens de avião com origem de Coimbra, por causa das ligações aos aeroportos, ao TGV, às ligações rápidas à Europa.

O técnico da Deloitte disse que procuraram registar todos os comentários, críticas e sugestões, considerando, no entanto, não ser oportuno responder a todos naquela fase. Abordaria apenas as questões mais relevantes.

Quanto aos aeroportos, disse que a OTA está referenciada no estudo mas Sá Carneiro não. Em relação à CP, disse saber que, na reformulação dos horários feita há pouco, todas as ligações ao Porto e a Lisboa foram mantidas, pela importância que têm em termos de n.º de passageiros.

Disse que receberam muitas sugestões de várias forças vivas da cidade que permitiram aumentar a qualidade do trabalho, que contou com cerca de 40 entrevistas com entidades externas, das áreas do ensino, saúde, iniciativa empresarial, parques, ambiente, desporto, turismo, etc. houve uma fase de recolha, outra de tratamento e esta agora, de síntese. Agora inicia-se uma nova fase. Com os fóruns de discussão.

Quanto ao documento final ora apresentado, confessou que talvez tenham pecado por ser demasiado sucinto em relação ao documento base que lhe deu origem. Houve alguns assuntos evocados pelos Srs. Vereadores que estavam no relatório inicial mas que não estão no documento de 80 páginas agora concluído. No entanto, salientou a hipótese desses temas constarem do documento final que terá o Diagnóstico e o Plano Estratégico, após debate e aprovação.

Relativamente ao Centro de Congressos, questão levantada pelo Sr. Presidente, disse ser um pouco cedo para dizer se são 1.000 ou 3.000 lugares necessários. O que o documento salienta é que Coimbra se penaliza por não ter um com 1.000 ou mais.

Na fase de elaboração do diagnóstico, Souselas era a zona mais poluída de Portugal segundo um estudo técnico a que tiveram acesso.

O Sr. Vereador **Luís Providência** questionou se poderiam saber quem são as 40 entidades ouvidas e de que forma foram escolhidas; perguntou também se, caso não se viesse a optar pela construção de um aeroporto na OTA, valeria a pena fazer um estudo sobre a viabilidade da base de Monte Real. Quanto a esta última pergunta, foi-lhe respondido que o assunto estava tratado no documento-base, aliás, tanto Monte Real como aeródromo de Cernache, com prós e contras das opções.

O Sr. Vereador **Pina Prata** remeteu para a deliberação sobre o Plano Estratégico que a Câmara tomou em 2005, que dizia claramente que se deveria proceder à “criação da Comissão de Acompanhamento em que, em termos de intervenção, o Observatório Económico (...)” fosse ouvido. Perguntou se os autores do estudo conheciam esta deliberação e o próprio Observatório, que é composto por 37 entidades, tem como objectivo acompanhar estas situações e foi aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal.

O Sr. Vereador **Álvaro Seco** disse que naquele dia se tinham feito várias propostas e questionou concretamente se, em relação às que ele próprio havia feito, se procederia a uma reflexão em termos de dar resposta na análise do diagnóstico para as excluir liminarmente ou para as justificar. E disse que o Sr. Presidente, por exemplo, também havia feito algumas análises de situações que tinham implícitas propostas, ao que lhe foi respondido que todas as propostas seriam consideradas, uma vez que os “donos” do trabalho eram os Srs. Vereadores, a Câmara e a própria cidade de Coimbra.

O Sr. Vereador **Vítor Batista** criticou o pilar em que assenta um documento desta natureza: a participação do Sr. Vice-presidente, com conhecimento do Sr. Presidente, e dos técnicos envolvidos, é muito pouco. Com o devido respeito que lhe merecem estes últimos, disse ter reservas em aceitar este formato, que necessita de ser “temperado, participado e ponderado pelas instituições representativas, tais como os partidos políticos e os vereadores”. Isto porque, em seu entender, o Plano Estratégico tem de ser um documento definitivo e não um instrumento político que, “quando vierem outros, se lembrem de alterar”.

O Sr. **Presidente** respondeu que o objectivo é recolher todas as informações e opiniões possíveis. E acrescentou que tem de haver sempre uma equipa na Autarquia que conduza as informações em relação às questões fundamentais que têm a ver com o Plano, e esse grupo está a trabalhar, como lhe compete, nesse documento base que depois vai a discussão pública. Nesta fase, afirmou, todos os documentos estão disponíveis para consulta na Internet, pelo que cada um pode reflectir e pronunciar-se “com todo o tempo do mundo. E depois, sossegadamente, havemos de chegar a um documento síntese que espelhe as posições de todos”, concluiu, afirmando que o que quer, no final do seu mandato, é encontrar o que não encontrou quando chegou: o Plano Estratégico.

Findo o debate, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3364/2007 (11/06/2007):

- **Tomado conhecimento da apresentação do Diagnóstico Final da 1.ª fase de elaboração do Plano Estratégico de Coimbra feita pelos técnicos da empresa Delloite.**

E sendo dezoito horas e trinta minutos o Sr. **Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, que foi aprovada na reunião do dia 04/06/2007 e assinada pelo Sr. **Presidente** e por Arménio Ferreira Bernardes, Director Municipal de Administração e Finanças.
